

As dúvidas dos banqueiros e o novo quadro político

JORNAL DA TARDE

Com os pagamentos que efetuou dos juros vencidos de seus compromissos externos, e com a mudança de linguagem dos negociadores brasileiros — trocando a arrogância e a agressividade dos tempos de Funaro por um tom mais moderado, realista e, sobretudo, construtivo — o Brasil deu uma clara demonstração de seu arrependimento por haver embarcado na aventura do calote da dívida e de sua disposição de retomar, em nível elevado e em condições normais, suas relações com o mundo financeiro internacional.

Esperava-se, aqui, que esses gestos fossem correspondidos, pelos credores externos, com uma maior boa vontade e compreensão dos problemas que o País enfrenta no momento; aguardava-se que os bancos e os países desenvolvidos fossem mais flexíveis ao analisar as reivindicações brasileiras nas mesas de negociações. Mas as dificuldades que o ministro da Fazenda encontrou na rodada de conversações que manteve em Caracas, paralelamente à reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), deixaram evidente que a opinião dos credores ao Brasil não mudou muito (ou não havia mudado até a decisão da Constituinte sobre o presidencialismo com cinco anos de mandato). Eles reconhecem o esforço e a disposição do ministro Mafson da Nóbrega, elogiam e chegam até a aplaudir-lo; só não se dispõem a abrir seus cofres sem uma garantia real que os desobrigue de fazer novas reservas contra perdas eventuais a cada novo empréstimo que fazem ao Brasil.

Por mais que nos doa admitir isso, no momento em que a área econômica do governo está empenhada em corrigir os calamitosos erros cometidos no passado, é preciso reconhecer que o setor financeiro internacional não deixa de ter alguma razão. Suas dúvidas são exatamente as mesmas que ainda assaltam os brasileiros, mesmo depois das decisões de terça-feira na Constituinte. Afinal, como querer que gato escaldado não tenha medo de água fria?

Essa desconfiança que ainda acompanha nossos negociadores ficou muito bem caracterizada por uma pergunta feita ao ministro da Fazenda em Caracas pelo representante do National Bank of Washington: "Somos um pequeno banco regional, mas, toda vez que solicitados, temos respaldo dos pedidos do Brasil em 24 horas. O que nos garante que desta vez, se participarmos do novo pacote, não acabaremos na mesma situação anterior de ter que explicar ao nosso board por que vocês adotaram uma moratória?"

Daí a exigência para que o Brasil firme um acordo com o Fundo Monetário Internacional: só dessa forma eles terão alguma segurança de que o País irá cumprir um programa de recuperação econômica que assegure um mínimo de estabilidade na economia e crie as condições para que ela se reanime e gere riqueza bastante para que os compromissos possam ser pagos. O pedido de aval do Banco Mundial nos parece apenas uma tentativa de ganhar tempo até que as coisas fiquem bem claras aqui dentro. Por seus estatutos, a instituição não pode dar um aval desse tipo; e os banqueiros internacionais, que não tratam de outra coisa o dia inteiro, certamente não desconheciam essa limitação. A exigência talvez tenha sido uma forma polida que eles encontraram para dizer ao ministro Mafson da Nóbrega que o Brasil ainda não fez nada de positivo, além de pagar os atrasados, para ser tirado da geladeira em que ele mesmo se meteu com a moratória funaresca.

Ninguém lá fora demonstra ter dúvidas quanto à disposição do ministro da Fazenda de fazer os reajustes necessários para recolocar a economia brasileira nos eixos. Eles sabem que esses reajustes seriam absolutamente necessários ainda que não existisse a dívida. A grande dúvida é quanto à disposição do governo e das "élites" políticas nacionais de bancarem um programa que contraria tudo aquilo que eles aprenderam (e aplicaram) em termos de administração pública e de gestão dos bens e recursos da sociedade.

O programa que o ministro da Fazenda, com a ajuda de seu colega do Planejamento, está aprontando, com o mínimo necessário para que o País não mergulhe na hiperinflação e no caos, é realmente duro, tal o descalabro em que foram deixadas as contas públicas pelos economistas do PMDB. Como já mostramos em editorial de ontem, será preciso cortar, de imediato, o déficit público de 7,4% do PIB para algo em torno de 3,5 a 4%. Segundo cálculos do Ministério da Fazenda, isso poderia ser conseguido com uma contenção dos salários na área do funcionalismo público — economia de 1,3 a 1,5% do PIB (Cz\$ 600 a 700 bilhões); mais 1% do PIB, ou Cz\$ 466 bilhões, com a redução de outras despesas de custeio; e mais 1% do PIB proporcionado pelo congelamento do crédito a estados e municípios, num total de cortes de pouco mais de Cz\$ 1,6 trilhão.

Se isso não for feito, e como a capacidade de financiamento do setor público está totalmente esgotada, terá que haver cortes nos investimentos. E então a tragédia será muito maior. Vejam só o que acontecerá, por exemplo, no caso da Petrobrás. A diretoria da empresa, reunida no final da semana passada no Rio de Janeiro, chegou à conclusão de que, se não receber nenhum reforço em seu orçamento original para investimentos de 2,2 bilhões de dólares, a produção interna de petróleo, em lugar de aumentar, como se esperava, cairá dos 650 mil barris/dia em janeiro para cerca de 620 mil barris/dia no final do ano.

Os banqueiros — como toda a sociedade brasileira — sabem que o plano de cortes projetado na Fazenda e no Planejamento está emperrado não por motivos técnicos, porque haja dúvidas quanto à sua eficácia, mas por puras questões de baixa política. Os cortes propostos pelos ministros econômicos atingem exatamente o centro de toda a política de clientelismo que domina a vida nacional e foram bombardeados pela burocracia em todos os seus escalões (defendendo seus empregos e privilégios), pela maioria dos ministros (defendendo o seu poder) e pelos políticos (defendendo seus cartórios eleitorais).

Essa situação, que apesar de imoral e normal em nosso país, poderá ser superada amanhã. Tudo agora depende somente da vontade do presidente José Sarney, que a partir da inesperada (pela amplitude) vitória conquistada na Constituinte só não fará o necessário para restabelecer a confiança de nossos credores lá fora se não quiser. Ou seja: só não superará esses obstáculos que até a decisão de terça-feira na Constituinte pareciam realmente insuperáveis se, mais uma vez, demonstrar ao País que não era a força de seus adversários dentro do próprio governo e dentro do PMDB, mas a sua própria insuperável fraqueza e seu conhecido despreparo para o exercício da presidência da República que estão na raiz da crise em que estamos mergulhados.

Em outras palavras, se não demonstrar, já nas próximas semanas, que a sua permanência por mais dois anos na presidência da República será um erro do qual os constituintes jamais se redimirão.